

Caderno de Encargos

**Aquisição de estruturas para depósito de
aproveitamento de água e dispensadores de
água no âmbito da Candidatura ao PRR
Comunidades Desfavorecidas**

Índice

| | |
|---|----|
| PARTE I – Do Contrato | 3 |
| Cláusula 1. ^a - Objeto | 3 |
| Cláusula 2. ^a - Contrato..... | 3 |
| Cláusula 3. ^a - Prazos | 3 |
| Cláusula 4. ^a - Preço base | 4 |
| Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do fornecedor..... | 4 |
| Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo..... | 5 |
| Cláusula 7. ^a - Prazo do dever de sigilo..... | 5 |
| Cláusula 8. ^a - Preço contratual | 5 |
| Cláusula 9. ^a - Condições de pagamento | 5 |
| Cláusula 10. ^a - Penalidades contratuais | 7 |
| Cláusula 11. ^a - Resolução do contrato..... | 7 |
| Cláusula 12. ^a - Cessão da posição contratual | 8 |
| PARTE II - Condições de Execução do Contrato | 8 |
| Cláusula 13. ^a - Local e conformidade da entrega dos bens..... | 8 |
| Cláusula 14. ^a - Transferência de propriedade | 8 |
| Cláusula 15. ^a - Inspeção..... | 8 |
| Cláusula 16. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias | 9 |
| Cláusula 17. ^a - Garantia Técnica dos bens..... | 9 |
| Cláusula 18. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas..... | 9 |
| Cláusula 19. ^a – Proteção de dados pessoais..... | 9 |
| Cláusula 20. ^a – Avaliação de Fornecedores | 10 |
| Cláusula 21. ^a Acompanhamento da execução do contrato | 11 |
| PARTE III – Disposições Finais | 11 |
| Cláusula 22. ^a - Foro competente | 11 |
| Cláusula 23. ^a - Comunicações e notificações | 11 |
| Cláusula 24. ^a - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato | 12 |
| Cláusula 25. ^a - Produção de efeitos..... | 12 |
| Cláusula 26. ^a - Legislação aplicável..... | 12 |
| PARTE IV – Especificações Técnicas | 12 |
| Cláusula 27. ^a - Especificações Técnicas dos bens a fornecer..... | 12 |
| Cláusula 28. ^a - Locais de entrega Lotes 1 e 2..... | 14 |

PARTE I – Do Contrato

Cláusula 1.ª- Objeto

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de estruturas para depósito de aproveitamento de água e dispensadores de água no âmbito da Candidatura ao PRR Comunidades Desfavorecidas”** de acordo com as especificações técnicas definidas na Parte IV do presente caderno de encargos.
- 2 - Este procedimento compreende os seguintes lotes:
 - a) **Lote 1:** estruturas de depósitos de aproveitamento de águas pluviais;
 - b) **Lote 2:** dispensadores de água.

Cláusula 2.ª- Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª- Prazos

O contrato resultante do presente procedimento para cada um dos lotes mantém-se em vigor até à entrega total dos bens a qual nunca poderá ser superior a 6 (seis) meses, contados após a sua outorga, sem prejuízo do prazo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª - Preço base

- 1 - O preço base total, para efeitos do presente procedimento, é de € 151 259,85 (cento e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2 - O preço base indicado no número anterior resulta do somatório dos seguintes preços base parciais definidos para cada um dos lotes nos seguintes termos:
 - a) Lote 1: € 116.170,05 (cento e dezasseis mil cento e setenta euros e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Lote 2: € 35.089,80 (trinta e cinco mil e oitenta e nove euros e oitenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3 – Foram ainda definidos os seguintes preços base unitários para cada um dos bens a fornecer por Lote:
 - a) Lote 1 – Estrutura para depósito - € 7.744,67 (sete mil setecentos e quarenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos);
 - b) Lote 2 – Dispensador de água - € 2.339,32 (dois mil trezentos e trinta e nove euros e trinta e dois cêntimos).
- 4 - Os preços base mencionados nos números anteriores foram determinados em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta preliminar ao mercado, realizada ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP.
- 5 - A informação pertinente resultante da consulta preliminar ao mercado referida no número anterior será, caso seja expressamente solicitada, disponibilizada a todos os concorrentes do procedimento, o que ocorrerá após o termo do prazo para a apresentação das propostas, de acordo com a Orientação Técnica n.º 04/CCP/2019, datada de 11/07/2019 do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC).

Cláusula 5.ª- Obrigações principais do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais, entre outras que se considerem essenciais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia dos bens;
 - c. Obrigação de continuidade de fabrico;
 - d. Obrigação de concluir a realização dos trabalhos de instalação dos equipamentos.
- 2 - O fornecedor deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
- 3 - Obriga-se também o fornecedor a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 6.ª- Objeto do dever de sigilo

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Gaia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª- Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª- Preço contratual

- 1 — Pelo fornecimento e instalação dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve pagar ao(s) fornecedor(es) o preço total constante das propostas adjudicadas, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte e instalação dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3 — Não haverá lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.ª- Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Gaia, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção, pelo Município de Vila Nova de Gaia, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega total e instalação dos bens objeto do contrato.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Gaia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os

esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas por transferência bancária para a Instituição de crédito indicada pelo fornecedor ou através de emissão de cheque.
- 5 - Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o contraente direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legal fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP, com a nova redação dada pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
- 6 - As faturas, em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, podem ser enviadas eletronicamente por uma das seguintes formas:
- através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas;
 - através de email, sendo que neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para faturas@cm-gaia.pt, anexando o respetivo PDF da fatura (assinado digitalmente) e o respetivo ficheiro XML, com a estrutura necessária para o efeito (ver nota seguinte).
- 6.1. O tratamento das faturas remetidas através de email, para o endereço faturas@cm-gaia.pt, é um processo automatizado, pelo que o email deverá ser remetido contendo em anexo o ficheiro PDF devidamente assinado, o ficheiro XML no formato UBL 2.1 (modelo CIUS-PT preferencialmente) e, deve ser indicado o email por onde serão enviadas as faturas eletrónicas para inclusão do mesmo na lista de endereços da respetiva plataforma onde será feita a receção e integração das mesmas
- A entidade competente para prestar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria é a PI – Portugal Informático (YET - Your Electronic Transactions), à data, empresa responsável pela solução adotada pelo Município para receção e tratamento de faturas eletrónicas, sendo disponibilizada a informação técnica que se revele necessária, podendo o fornecedor esclarecer as suas dúvidas através do email support@yetspace.com.
- 6.2. A mesma fatura nunca deverá ser enviada por mais do que um dos meios acima descritos, sob pena da duplicação da tramitação com eventuais reflexos no respetivo processo tendente à conferência e pagamento.
- 6.3. O fornecedor deverá fazer constar da fatura, entre outros dados, o número de compromisso, válido e previamente comunicado, sendo que, a falta deste, ou a sua incorreção, obstará ao correto registo e subsequente tramitação da fatura, implicando assim a sua devolução (n.º 1 e 2, artigo 9.º da LCPA) e o inerente diferimento do seu pagamento.
- 7 - Caso não estejam obrigados à emissão de faturação eletrónica, que sucede, designadamente, nos casos de aquisições resultantes de um procedimento ao abrigo de ajuste direto simplificado (n.º 3 do artigo 128.º do CCP, na sua redação atual), ou, nos casos de contratos declarados secretos ou acompanhados de medidas especiais de segurança (n.º 2 do artigo 299.º-B do CCP), nem pretendam fazer o seu envio por essa via, devem os originais das faturas em suporte de papel, devidamente autenticados, ser entregues ou remetidos por correio postal devidamente endereçado ao Município de Vila Nova de Gaia.

Cláusula 10.ª- Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução fixados a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária de € 150,00 por cada dia útil de atraso.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Gaia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Gaia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Vila Nova de Gaia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Gaia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª- Resolução do contrato

- 1 – O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de Direito.
- 3 - O contrato pode também ser resolvido através do Município de Vila Nova de Gaia caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do fornecedor:
 - a) Quando não se verificar a disponibilização dos bens acordados nas datas fixadas pelas partes, por causa direta e exclusivamente imputável ao fornecedor;
 - b) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
 - c) Prestação de falsas declarações;
 - d) Estado de falência ou insolvência;
 - e) Cessaçã da atividade;
 - f) Condenaçã, por sentença transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.
- 4 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao fornecedor.

- 5 - O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 6 - O contraente público pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, nos casos de incumprimento do cocontratante previsto no artigo 333.º, por razões de interesse público nos termos do artigo 334.º e ainda por alteração anormal e imprevisível de acordo o disposto no artigo 335.º do CCP.

Cláusula 12.ª - Cessão da posição contratual

- 1 - A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante e rege-se pelo preceituado nos artigos 316.º a 318.º do CCP.
- 2 - Em caso de incumprimento pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode determinar a cessão da posição contratual, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP.
- 3 - No caso do número anterior, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

PARTE II - Condições de Execução do Contrato

Cláusula 13.ª - Local e conformidade da entrega dos bens

- 1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados nos locais definidos na Parte IV deste Caderno de Encargos durante o horário compreendido entre as 9h00 e as 17h00.
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 - Sempre que solicitado, o fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 4 - São da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com transporte e instalação dos bens e respetivos documentos.

Cláusula 14.ª- Transferência de propriedade

Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

Cláusula 15.ª- Inspeção

- 1 - Efetuada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por

ele designado, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar a operacionalidade dos mesmos e se reúnem as características e especificações definidas, bem como outros requisitos exigidos por lei.

- 2 - Na inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar ao Município de Vila Nova de Gaia, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 16.ª- Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1 — No caso de os bens objeto do contrato não comprovarem a sua total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Gaia deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
- 2 — No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Gaia, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características e especificações exigidas.

Cláusula 17.ª- Garantia Técnica dos bens

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante, os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo legal a contar da entrega dos bens (3 anos), contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 27.ª, bem como outros que estejam elencados no presente Caderno de Encargos que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

Cláusula 18.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 - Os contraentes garantem que respeitam as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
- 2 - O Município de Vila Nova de Gaia não assume qualquer responsabilidade por infrações cometidas pelo fornecedor, no âmbito da execução do contrato, relativamente a direitos de propriedade intelectual e industrial, relacionados com o hardware, software e documentação técnica por este utilizado, cujos direitos e autorizações legais para o efeito devam por ele ser assegurados.

Cláusula 19.ª – Proteção de dados pessoais

- 1 - Constituem obrigações do fornecedor, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;

- b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
- c. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- d. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
- e. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- f. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes.

- 2 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
- 3 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr termo à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
- 4 - Finda a vigência do contrato, o fornecedor tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

Cláusula 20.ª – Avaliação de Fornecedores

- 1 – Aquando da receção da última fatura e no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, é feita a avaliação de cada fornecedor, referente a toda a execução do contrato, de acordo com os seguintes critérios:

- I. Cumprimento dos prazos de entrega - Análise do desempenho do fornecedor/prestador no que respeita à adequação dos prazos de entrega às necessidades do MVNG, identificando atrasos nas entregas, aplicando a seguinte pontuação:

- 1 – Entrega ou presta o serviço com atraso com implicações para o funcionamento do serviço(s);
- 3 – Entrega ou presta o serviço com atraso sem implicações para o funcionamento do serviço(s);
- 5 – Entrega ou presta o serviço no prazo.

- II. Cumprimento das especificações – Capacidade do fornecedor/prestador em cumprir as condições contratuais/especificações dos produtos solicitados:

- 1 – Entrega ou presta serviço inadequado e/ou com impacto na satisfação dos serviços;
- 3 – Entrega ou presta serviço com deficiências, mas que não têm impacto na satisfação dos serviços;
- 5 – Entrega ou presta serviço adequado.

- III. Faturação - Análise do desempenho do fornecedor/prestador no que respeita à emissão da (s) fatura (s)

- 1 – Existiram problemas de faturação que levou à devolução de faturas:

- 3 – O Fornecedor/Prestador teve dificuldades na faturação, mas nunca levou à devolução;
- 5 – O Fornecedor/ Prestador faturou sempre com integral cumprimento contratual.
- 2 – Os resultados obtidos nos critérios referidos no ponto anterior serão convertidos em SATISFAZ/ NÃO SATISFAZ, através da média, sendo de SATISFAZ quando o valor obtido seja igual ou superior a 3 e de NÃO SATISFAZ quando inferior a 3.
- 3– O resultado obtido em cada contrato será disponibilizado na plataforma de Contratação Pública no campo “avaliação do procedimento” correspondente, sendo anualmente notificados (via plataforma eletrónica) da média dos resultados obtidos.

Cláusula 21.ª Acompanhamento da execução do contrato

- 1 – É nomeado um Gestor de Contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações contratuais das partes, nos termos do disposto nos artigos 290.º-A do CCP.
- 2 – Sempre que o contrato não seja reduzido a escrito, é dado conhecimento da identificação do Gestor de Contrato e respetivos contactos através de notificação, por escrito, referente a requisição / nota de encomenda / pedido de a remeter ao Adjudicatário.

PARTE III – Disposições Finais

Cláusula 22.ª- Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.ª- Comunicações e notificações

- 1 – Todas as notificações e comunicações relativas à fase de execução do contrato, incluindo as respeitantes à aplicação de sanções contratuais, serão efetuadas, apenas, por correio eletrónico, nos termos da possibilidade admitida no artigo 468º do CCP.
- 2 – No contrato serão identificados os endereços de correio eletrónicos para onde devam ser remetidas as notificações e comunicações referidas no número anterior, sendo que qualquer alteração no endereço eletrónico deve ser comunicada à outra parte.
- 3 – As notificações e comunicações remetidas nos termos dos números anteriores, consideram-se feitas no dia da respetiva expedição (envio), cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 469.º do CCP.

Cláusula 24.ª - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 25.ª - Produção de efeitos

O contrato tem início na data da sua outorga, produzindo os seus efeitos com a publicitação no portal da internet dedicado aos contratos públicos, que deverá ocorrer num dos 5 (cinco) dias úteis após a outorga.

Cláusula 26.ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE IV – Especificações Técnicas

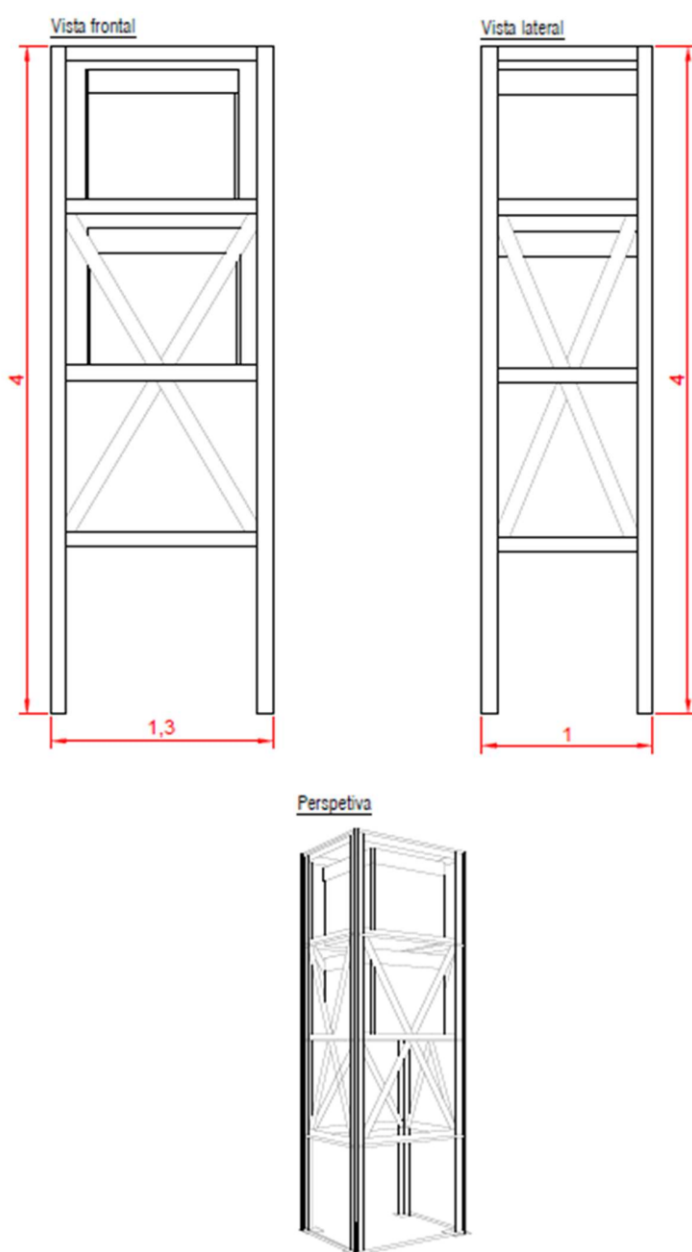
Cláusula 27.ª - Especificações Técnicas dos bens a fornecer

As características, especificações e requisitos técnicos do material a fornecer são as seguintes:

1. Lote 1 – 15 (quinze) Estruturas de Depósitos de aproveitamento de águas pluviais:

- a. Fornecimento e instalação de estrutura de 4000x1300x1000mm de acordo com a ilustração abaixo;
- b. Na escola Sophia de Mello Breyner à estrutura deverão ser retirados 20 cm da zona inferior ficando a mesma com 3800mm de altura, mantendo as restantes características;
- c. Estrutura metálica em cantoneira com as medidas de 80x80mm;
- d. 2 depósitos de água de 1000L;
- e. Ligações hidráulicas desde as caleiras;
- f. Ligações hidráulicas entre depósitos e torneiras;
- g. Passador de saída e passador de entrada;
- h. Válvulas antirretorno;
- i. Estrutura exterior devidamente aparafusada
 - i. 1 (uma) Chapa para a frente dimensões 4000x1300x1,00mm com pintura a cor e decorada com vinil com

- desenho a definir pelo Município;
- ii. 2 (duas) chapas para as laterais dimensões 4000x1000x1,00mm com pintura a cor e decorada com vinil com desenho a definir pelo Município;
- iii. Porta numa das laterais para fácil acesso ao interior que permita a manutenção do sistema;
- j. Pintura lacada com tratamento para exterior anticorrosivo;
- k. Todos os componentes necessários para fixação ao solo e ao edifício (o equipamento deverá ficar confinado com a parede);
- l. Inclui todos os equipamentos e acessórios necessários para o correto funcionamento do sistema.



2. Lote 2 – 15 (quinze) Equipamentos dispensador de água:

- a. Fornecimento e instalação de bebedouro, que permita o uso por pessoas com mobilidade reduzida e por crianças com menos de 12 anos.
 - b. O equipamento deverá ter as seguintes dimensões: altura ≤ 1350 mm, largura ≤ 265 mm e profundidade ≤ 600 mm.
 - c. A estrutura deve ser em aço resistente à corrosão e pintado, RAL 7047, com bica e botão temporizado em latão cromado;
 - d. Bica que permita o reabastecimento de garrafas com medidas entre 250 e 310 mm, e outra para abeberamento local, sendo que ambas deverão permitir a aproximação e utilização por pessoas em cadeiras de rodas.
 - e. Todos os botões deverão ser acessíveis para todos os utilizadores.
 - f. Inclui caixa subterrânea com tampa para instalação da válvula para regulação de fluxo e da válvula para corte de água, com a tampa à cota do pavimento, próxima do bebedouro, para permitir a manutenção dos acessórios e do sistema.
 - g. Inclui fixação com varões chumbados no pavimento ou com bucha química em fundação de betão;
 - h. O bebedouro deverá ser personalizável, com desenho a combinar com o Município, em vinil autocolante recortado;
 - i. Além dos requisitos estabelecidos nos documentos normativos aplicáveis, os equipamentos não devem ter arestas vivas, rebarbas ou superfícies rugosas, capazes de provocar ferimento ou lascas, pregos, parafusos ou qualquer outro material cortante ou pontiagudo, suscetíveis de causar acidente;
 - j. Inclui todos os equipamentos e acessórios necessários para o correto funcionamento do sistema.
3. O fornecedor deverá entregar as Fichas Técnicas de todo o equipamento e fará prova de que todos os materiais possuem as características exigidas pelos regulamentos e normas oficiais portuguesas em vigor, mesmo que não expressamente citados.
 4. Antes da instalação dos equipamentos, deverá ser assegurada uma reunião entre as equipas de trabalho do Município de Vila Nova de Gaia e o fornecedor, por forma a garantir o bom entendimento do mesmo.
 5. O fornecedor não deverá proceder à instalação dos equipamentos sem indicação do Município, sendo da sua responsabilidade inteirar-se do local a instalar cada um dos equipamentos. O Município não atenderá a quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e da falta de previsão dos mesmos.
 6. Todos os equipamentos deverão cumprir as especificações técnicas ou características de acordo com o especificado.

Cláusula 28.^a - Locais de entrega Lotes 1 e 2

1. No âmbito candidatura PRR Comunidades Desfavorecidas os equipamentos a adquirir devem ser colocados e instalados nas escolas abaixo identificadas.
2. No caso de descoberta alguma incompatibilidade com as escolas os locais poderão ser substituídos por outros a combinar.

| Freguesia | Escola EB1/JI | Agrupamento |
|------------------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| Arcozelo | Miramar | Sophia Mello Breyner |
| Canidelo | S. Paio | D. Pedro I |
| Gulpilhares e Valadares | Lagos | Valadares |
| Sandim, Olival, Lever e Crestuma | S. Miguel | Diogo de Macedo |
| Santa Marinho, S. Pedro da Afurada | Quinta das Chãs | António Sérgio |
| Serzedo e Perosinho | Loureiro 2 | Canelas |
| Vilar de Andorinho | Vila D'Este | Vila D'Este |
| Avintes | Cabanões | Gaia Nascente |
| Canelas | Megide | Canelas |
| Grijó e Sermonde | Asprela | Júlio Dinis |
| Madalena | Pena | Madalena |
| Mafamude e Vilar do Paraíso | Joaquim Nicolau de Almeida | Soares dos Reis |
| Oliveira do Douro | Outeiro | Escultor António Fernandes de Sá |
| Pedroso e Seixezelo | Carvalhos | Carvalhos |
| Santa Marinha, S. Pedro da Afurada | Devesas | Dr. Costa Matos |